

16 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Novo Código de Processo Civil agiliza

desaposentação

Tutela de evidência dada
pela Justiça Federal em São
Paulo obriga INSS a conceder
benefício em 45 dias

*A desaposentação é a possibilidade de o
trabalhador voltar a trabalhar para se
aposentar de novo com um benefício maior*

Nelson Bortolin
Reportagem Local

A tutela de evidência, instituto jurídico criado pelo novo Código de Processo Civil, em vigor desde 18 de março, vem permitindo agilizar o benefício da desaposentação. Dia 3 de maio, um juiz federal de São José dos Campos (SP) decidiu que o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) deve conceder a aposentação para um segurado no prazo máximo de 45 dias. De um benefício de R\$ 2.333, ele passará a receber R\$ 4.422, aumento de 89%.

A desaposentação é a possibilidade de o trabalhador, depois de aposentado pela primeira vez, voltar a trabalhar para se aposentar de novo, com um benefício maior.

Murilo Aith, advogado especializado em direito previdenciário e responsável pelo caso de São José dos Campos, explica a diferença entre tutela antecipada, que já existia no Código antigo, e a tutela de evidência. Para conceder uma antecipada, ou seja, determinar que o benefício tenha início imediato e não só após o fim do processo, o juiz precisa observar a existência de dois princípios: o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora". Do latim, significam "fumaça do bom direito" e "perigo da demora".

Isso significa que o juiz precisa observar indícios de que o autor da ação tem razão. E também que, se a decisão demorar a ser tomada, ele será prejudicado de forma irremediável. "Na tutela de evidência não é necessário

ter o perigo da demora. Bastam os indícios de que há o direito. Isso é fácil de comprovar no caso da desaposentação, já que existem muitos processos julgados procedentes", afirma. Aith diz que, somente do escritório dele, já foram julgados procedentes mais de 500 desaposentações pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), instância final.

A reportagem questionou o advogado sobre a hipótese de uma pessoa obter a tutela de evidência e, posteriormente, a ação ser julgada improcedente. Neste caso, o beneficiário teria de devolver os recursos recebidos ao INSS?

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

16 MAI 2016

Ele respondeu ser “pouquíssimo provável” que isso ocorra, mesmo em caso de o processo não ter êxito. “Em direito, não dá para falar em 100% de garantia. Mas, já há decisões do próprio STJ de que benefícios previdenciários têm cunho alimentar. E não há que se falar em devolução de algo que serviu para alimentação”, afirma.

De acordo com Aith, o cliente beneficiado pela tutela de evidência se aposentou em março de 1997, mas continuou trabalhando por mais 8 anos, totalizando 41 anos de contribuição à Previdência. Ele agora aguarda o cumprimento da decisão judicial pelo INSS.

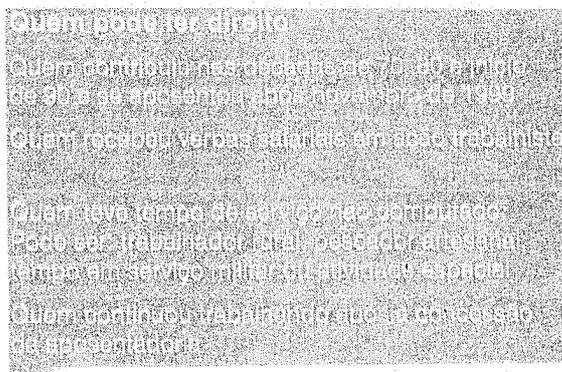
Em Londrina, a advogada Renata Brandão Canella já está requerendo o benefício para seus clientes. Ela explica que os novos pedidos de desaposentação já vão com solicitação de tutela de evidência. “Também estamos ingressando com pedido o para os processos que já estão em andamento”, declara.

Entre os clientes de Renata que devem ser beneficiados, está o metalúrgico Gaspar Viana, de Cambé. Aposentado desde 2002, ele continua trabalhando até hoje e já obteve vitória em primeira instância. O processo de Viana se encontra no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, em Porto Alegre. “Recebo R\$ 1.200 de aposentadoria. Com o meu processo, espero que suba para R\$ 2 mil”, afirma ele que tem 54 anos e contribuiu para a Previdência desde os 14. “Acho que agora, vou conseguir mais rápido.”

APOSENTADORIA

Conheça as revisões que podem ser feitas

Tipo	Objetivo
Da vida toda	Acrescentar salários antigos (anteriores a julho de 1994) no cálculo da aposentadoria
Em decorrência de ação trabalhista	Acrescentar no cálculo valores recebidos em ação trabalhista
Revisão para majoração do tempo de serviço/contribuição	Transformar aposentadoria proporcional em integral (100%) e majorar o fator previdenciário
Desaposentação	Computar contribuições posteriores à concessão da aposentadoria (gera nova concessão, podendo inclusive ser aplicado o fator 85/95)



CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

16 MAI 2016

Não há prazo para apresentar recurso

A advogada Renata Brandão Canella, de Londrina, tem aproveitado os processos de desaposentação movidos em nome de seus clientes para pedir outras revisões de benefícios. Ela explica que a desaposentação não tem decadência (prazo de caducidade). No entanto, para os demais casos, o prazo para pedir revisão se esgota em 10 anos. "Mas por meio das ações de desaposentação é possível também pedir outras revisões, mesmo após esses 10 anos", afirma.

Uma das revisões possíveis, de acordo com ela, se chama revisão da vida toda. "Pela lei, quando uma pessoa se aposenta, o benefício é calculado sobre 80% das contribuições mais altas desde 1994. A revisão da vida toda visa incluir no cálculo possíveis contribuições maiores antes daquele ano", conta.

Outro tipo de revisão é a que serve para incluir valores de ações trabalhistas no benefício da aposentadoria. "Quando um trabalhador ganha uma ação referente a hora extra, por exemplo, ele recolhe contribuição previdenciária sobre o valor recebido. Mas (o INSS) não considera essas quantias no cálculo", alega. O processo visa fazer essa inclusão.

O trabalho rural ou especial também pode elevar o valor da aposentadoria. Para isso, de acordo com Renata, é

possível apresentar uma revisão de averbação de tempo. "Um trabalhador que, devido ao tempo de contribuição, se aposentou com apenas 80% do que contribuiu, pode acrescentar um tempo de trabalho rural, se tiver, para que esse benefício chegue até 100%", explica. (N.B.)

16 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Proteção à infância e à adolescência

Casos de exploração sexual de crianças e adolescentes sempre chocam a sociedade, quando divulgados. Seja pela monstruosidade da ação no caso de crianças pequenas ou puramente na exploração em troca de pequenos favores ou presentes no caso de adolescentes, as marcas nos envolvidos são profundas. Ações violentas desse tipo costumam marcar e contribuem para mudar sobremaneira a vida dessas pessoas. Por isso, a importância da denúncia. Se as crianças e os adolescentes devem ser protegidos pela sociedade como um todo, é importante a vigilância. No entanto, o que pode ser percebido é que, embora o tema seja considerado prioritário, em muitos casos a maioria das pessoas prefere não se envolver e acaba por não denunciar. Tanto que na avaliação de autoridades há subnotificação. Por isso, é importante a consciência sobre a gravidade dos casos. Estimativa do Unicef aponta que a cada hora 228 meninos – e principalmente meninas – são explorados sexualmente em países da América Latina e do Caribe. É um número estarrecedor que precisa ser reduzido. Também trata-se de um problema complexo e que em sua maioria é determinado por desigualdades socioeconômicas, de gênero, de raça e etnia. Apesar dos avanços registrados ao longo dos últimos anos por governos, ONGs e sociedade civil, as evidências indicam que esse crime está se alastrando em todo o mundo. Então, o que fazer para reduzir essa triste estatística? Somente a educação pode agir. É claro que os resultados mais significativos ocorrerão a longo prazo, mas a partir do momento em que crianças e adolescentes conseguem identificar os abusos sofridos e que os adultos entendam a necessidade de preservar a infância e punir os agressores essa realidade pode ser modificada. A sociedade não pode compactuar com crimes e deve punir duramente os criminosos.

15 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Ato público alerta sobre exploração sexual de menores

Ação reuniu entidades de atendimento a crianças e adolescentes de Londrina

“A exploração sexual não tem classe social e não está só na periferia. Os pais precisam estar atentos”

Simoni Sangs

Reportagem Local

No início do ano passado, os londrinenses ficaram estarelecidos quando a mídia começou a divulgar notícias de uma rede de exploração sexual de menores descoberta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Na lista dos exploradores, figuravam pessoas influentes na cidade, entre eles, servidores públicos, políticos, empresários e advogados que, segundo o Ministério Público, usavam aliciadoras para contratar meninas entre 11 e 17 anos de idade para programas sexuais.

O caso repercutiu nacionalmente e é um dos mais emblemáticos envolvendo a exploração sexual de menores já registrados no município. Mas não é o único. Em maio de 2013, o advogado, ex-presidente do PV em Londrina e ex-assessor da Câmara Municipal Marcos Colli foi preso acusado de molestar e

filmar diversas crianças de um bairro da periferia da cidade.

Situações como essas chocam pela notoriedade, mas outros casos de abuso e exploração sexual de menores acontecem diariamente na cidade e sequer são notificados. Para chamar a atenção da sociedade para o problema, entidades de atendimento a crianças e adolescentes de Londrina realizaram na manhã de ontem um ato público. Cerca de 500 manifestantes reuniram-se no Calçadão e seguiram em passeata até a Concha Acústica, onde aconteceram apresentações culturais e artísticas. A ação marcou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído em 18 de maio de 2000 pela Lei Federal 9.970.

“O que aconteceu no ano passado em Londrina foi assustador”, disse a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Magali

Batista de Almeida, referindo-se à rede de exploração sexual desarticulada pelo Ministério Público em 2015. “A exploração sexual não tem classe social e não está só na periferia. Os pais precisam estar atentos aos seus filhos, percebendo como está o emocional dessas crianças para que isso não aconteça.”

O coordenador-geral da Associação Guarda Mirim de Londrina, Cláudio Melo, confirma a frequência com que ocorrem os casos de abuso e exploração sexual de menores. “A gente trabalha com crianças e adolescentes e, infelizmente, tem acontecido com frequência. Muitos casos acontecem dentro de casa. A gente precisa o tempo inteiro estar monitorando”, disse ele. “As marcas são profundas, mas com muito trabalho temos visto muitas histórias com finais felizes.”

CONTINUA

15 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A instituição atende 700 crianças e adolescentes da cidade, além dos distritos de Lerroville e Guaravera. Uma delas é Denise dos Santos Trindade, de 18 anos, que disse ter aprendido muito sobre abuso e exploração sexual na entidade. "Muitas coisas que não sabia que eram abuso eu aprendi lá porque eles mostram para a gente e falam da importância de denunciar. Felizmente nunca passei por isso, mas eles deixam a gente atento e, se acontecer, vou saber me defender."

DENÚNCIA

Quem suspeitar ou tiver conhecimento de casos de violência ou exploração sexual praticada contra crianças ou adolescentes pode formalizar a denúncia junto ao Conselho Tutelar, pelo telefone 125, ou no Disque Direitos Humanos, pelo número 100.

15 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Suplente de Barros

O deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) assumiu o Ministério da Saúde do governo Michel Temer na quinta-feira abrindo espaço para que um suplente o substitua na Câmara. O ex-deputado estadual Osmar Bertoldi (DEM-PR), candidato mais votado da sua coligação que possuiria prioridade para assumir o cargo, está preso desde fevereiro em Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), acusado de agredir a ex-noiva. A Secretaria da Mesa da Câmara dos Deputados informou que, antes de comunicar a abertura da vaga, verificará se Bertoldi continua preso na próxima semana. Se ele estiver, será chamado o segundo suplente, Sérgio de Oliveira (DEM-PR).

Nas mãos do Supremo

Como primeiro suplente da chapa, Bertoldi já poderia ter assumido duas vezes, no caso da vaga do deputado federal Valdir Rossoni (PSDB-PR), que assumiu a secretaria da Casa Civil do Paraná, e de Reinhold Stephanes (PSD-PR) que assumiu a secretaria de Administração do Estado. Em seu lugar, ocuparam as vagas Paulo Martins (PSDB-PR) e Nelson Padovani (PSDB-PR). A defesa de Bertoldi entrou há cerca de um mês com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF). O caso foi sorteado para o ministro Luiz Fux, mas ainda não foi analisado. Caso seja aprovado, a defesa pedirá que Bertoldi assuma a suplência da vaga de Ricardo Barros.

'Líquido e certo'

A expectativa do advogado eleitoral de Bertoldi, Guilherme Gonçalves, é que o pedido seja analisado nos próximos dias. A defesa questiona que Bertoldi deveria ter sido notificado sobre a abertura das vagas, pois tinha direito "líquido e certo" sobre elas, mas ao invés disso o segundo suplente foi chamado diretamente. Para Gonçalves, o ex-deputado também deveria ser notificado formalmente sobre a abertura da vaga de Barros. "O fato de ele ter a chance de tomar posse torna a questão dele mais relevante do que um mero direito individual", opinou. O advogado justifica a soltura do seu cliente dizendo ele não apresentaria mais nenhum risco para a vítima, pois teria que se mudar para Brasília, ficando mais afastado.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

14 MAI 2016

Condução coercitiva

O delegado e os promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) terminaram ontem de tomar o depoimento de pessoas que tiveram mandado de condução coercitiva expedido pela 3ª Vara Criminal de Londrina na quinta fase da Operação Publicano. Ao todo, eram 30 conduções coercitivas, sendo algumas em outras cidades. "Terminamos de ouvir essas pessoas e agora aguardamos as precatórias de outras comarcas para oitivas de pessoas e cumprimento de mandados de busca", disse o promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco.

Suíños

A quinta fase da Publicano, batizada de Duroc (uma raça de porco), foi deflagrada na última quinta-feira e apura um suposto esquema de corrupção e sonegação fiscal por um grupo de sete a dez empresas do setor de abate e frigorífico de suínos. Em apenas um ano e meio, essas empresas teriam movimentado mais de R\$ 1 bilhão e também pagariam propina mensal de R\$ 100 mil para um grupo de auditores.

Próxima semana

A partir de segunda-feira, segundo o promotor, serão ouvidos as quatro pessoas que tiveram a prisão decretada – o principal delator, o auditor Luiz Antonio de Souza; sua irmã Rosângela Semprebom; e dois empresários do setor de frigorífico Aparecido Domingues dos Santos, o "Dinho do Porco", e Antonio Luiz da Cruz – e as 14 que estão usando tornozeleira eletrônica, medida imposta no lugar prisão preventiva requisitada pelo Ministério Público (MP).

Extorsão

Souza, que está a pouco mais de 40 dias de deixar a prisão, onde está desde janeiro do ano passado, quando foi flagrado com uma adolescente em um motel, teve a prisão preventiva decretada porque teria extorquido um dos empresários do setor frigorífico. Estaria exigindo, por meio de sua irmã, dinheiro para não delatar o suposto esquema no qual estaria envolvido. O advogado de Souza nega, e diz que ele apenas cobrava dívidas antigas do empresário, que teria emprestado dinheiro do auditor. O MP não descarta rescindir o acordo de delação premiada com Souza.

MAZZA

Delação

A possibilidade de o Gaeco rever a delação premiada de Luiz Antonio de Souza, por ter mesmo na prisão achado vítimas, não significa a anulação do ponto-chave de suas confissões quanto à transferência de parte da grana roubada de contribuintes ter sido supostamente utilizada na campanha de reeleição de Beto Richa, fato hoje sob exame do Superior Tribunal de Justiça.

14 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Cármen Lúcia pode presidir julgamento de Dilma

Tudo indica que será a ministra Cármen Lúcia quem presidirá a sessão de julgamento de Dilma Rousseff, e não o atual presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. É que faltam 120 dias para a posse da ministra em substituição ao presidente do STF, cujo mandato expira em 10 de setembro. A estimativa do julgamento em 120 dias foi feita ontem pelo líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE).

Prazo de 6 meses

O prazo do Senado para julgar Dilma é de 6 meses, mas não chegará a tanto. No caso do ex-presidente Fernando Collor, foram 90 dias.

Ministra admirada

Mineira como Antônio Anastasia (PSDB-MG), relator do impeachment, Cármen Lúcia é uma das mais admiradas magistradas brasileiras.

Não depende só dele

Presidente do Senado prometeu que o julgamento ocorrerá ainda com Lewandowski presidente. Mas não depende só de Renan Calheiros.

16 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Novo CPC amplia possibilidade para solução de conflitos, diz Laurita Vaz em seminário

A presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, ministra Laurita Vaz, ressaltou as possibilidades para a solução de conflitos, introduzidas pelo novo Código de Processo Civil, como a conciliação e a mediação, para evitar o ajuizamento de ações.

Ao participar da abertura do seminário Conciliação e o Novo CPC, organizado pelo Conselho da Justiça Federal, Laurita Vaz ressaltou que o código trouxe uma “perspectiva mais ampla” para a solução de conflitos, “para além da tutela judicial estatal”.

“A conciliação e a mediação devem ser estimuladas por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público”, afirmou a vice-presidente do STJ. Ao lado dos ministros Nancy Andrigli, Humberto Martins, Og Fernandes e Reynaldo Soares da Fonseca, Laurita Vaz defendeu ainda a criação, pelos órgãos do Judiciário, de centros para a mediação de conflitos. Na palestra de abertura, os ministros Og Fernandes e Reynaldo Soares da Fonseca lamentaram a “cultura de adjudicação desmedida de conflitos”, responsável, segundo eles, pelo elevado número de ações atualmente em tramitação no Poder Judiciário. Para Og Fernandes, a Justiça formal não é o único remédio para solução de conflitos.

Ao citar a “cultura da litigiosidade”, o ministro Reynaldo Soares da Fonseca lembrou que o país tem atualmente cerca de 200 milhões de habitantes e 107 milhões de processos em tramitação no Poder Judiciário. Como em cada processo há pelo menos duas pessoas envolvidas, salientou Soares, o número total de envolvidos nos processos supera a população brasileira.

14 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Teori sugere que Gilmar analise novo inquérito de Aécio

Pedido de investigação contra senador envolve mensalão do PSDB mineiro; ministro já suspendeu primeiro inquérito contra tucano

Isadora Peron
Gustavo Aguiar / Brasília

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), avaliou que um segundo pedido de abertura de inquérito contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) feito pela Procuradoria-Geral da República com base na delação premiada do senador cassado Delcídio Amaral não tem relação com as investigações da Operação Lava Jato e, por isso, deve ser redistribuído a outro relator.

Ao encaminhar o despacho para a análise do presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, Teori sugeriu que o caso também fique sob responsabilidade do ministro Gilmar Mendes, destinatário de um primeiro pedido de investigação do tucano.

Para Teori, a investigação sobre uma suposta manipulação de dados do Banco Rural para esconder o mensalão mineiro, ocorrida durante a CPI dos Correios, em 2005, tem conexão com o inquérito aberto por Gilmar sobre as suspeitas de que Aécio teria envolvimento com um esquema de propina em Furnas, na década passada. Esses dois pedidos estavam inicialmente sob análise de Teori porque o ministro é o responsável pelos inquéritos da Lava Jato em tramitação no Supremo.

“Diante da correlação direta dos fatos narrados neste procedimento com aqueles descritos em inquérito redistribuído nesta data, submeto o caso à Presidência desta Corte, para análise

de possível redistribuição do presente procedimento ao Ministro Gilmar Mendes”, diz o despacho de Teori.

Esse pedido de inquérito sobre a CPI dos Correios também envolve o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) e o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB). Caberá a Lewandowski decidir se envia o caso a Gilmar. Se também relatar o caso, o ministro terá de decidir se abre ou não o novo inquérito contra Aécio.

Um dia depois. Na quarta-feira, Gilmar autorizou a abertura de investigação sobre o caso de Furnas, mas um dia depois suspendeu as diligências requeridas e remeteu o caso para ser reavaliado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O ministro tomou a decisão depois da manifestação da defesa de Aécio, que alegou que não havia elementos novos para a abertura do inquérito.

A decisão tomada por Gilmar pegou os procuradores ligados ao caso de surpresa, dado o inusitado da decisão. Nenhuma medida nesse sentido foi tomada nos principais inquéritos ligados à Lava Jato, origem dos pedidos de investigação do tucano feitos pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em nota, o senador tucano afirmou que as informações da delação de Delcídio em relação a atuação na CPI dos Correios são “improcedentes, caluniosas e sem qualquer tipo de comprovação na realidade”. Sampaio disse que procurou a PGR

para apresentar esclarecimentos e documentações do caso.

Também em nota, Paes afirmou estar “à disposição da Justiça para prestar esclarecimentos sobre o episódio”.

PT. A direção nacional do partido prefere manter a cautela sobre a decisão de Gilmar Mendes. A cúpula petista avalia que é melhor se manter afastada do assunto do que ser acusada de incoerência caso integrantes do partido envolvidos com a Lava Jato também sejam absolvidos pela Justiça.

As reações mais fortes partiram de parlamentares. “Isso demonstra uma enorme falta de isenção, de parcialidade. Se faz julgamentos muito duros em relação a alguns e muito leves em relação a outros. A Justiça tira a venda dos olhos”, disse o deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

COLABOROU RICARDO GALHARDO

14 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Suplente de ministro da Saúde está preso

Osmar Bertoldi (DEM-PR) está detido desde fevereiro acusado de agredir a ex-noiva; advogado recorre no STF

Julia Lindner / BRASÍLIA

O deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) assumiu o Ministério da Saúde do governo Michel Temer abrindo espaço para que um suplente o substitua na Câmara. Mas não é tão simples assim. O candidato mais votado da sua coligação, que teria prioridade para assumir o cargo, é o ex-deputado estadual Osmar Bertoldi (DEM-PR), preso desde fevereiro na cidade de Pinhais, no Paraná, acusado de agredir a ex-noiva. A defesa entrou com um mandado de segurança para que ele possa exercer a função.

Contra Bertoldi pesam cinco acusações: violência doméstica, lesões corporais, constrangimento ilegal, trabalho escravo, ameaças por palavras e estupro. O processo segue em segredo de justiça. A tese da defesa é que não houve uma agressão "exclusiva" dele, pois "ambos saíram machucados". Mas a ex-noiva de Bertoldi, Tatiana Bittencourt, disse ter sido "encarcerada, alvo de socos e chutes, chamada dos piores termos imagináveis, sem acesso a ninguém, apenas a pessoas da confiança de Bertoldi que a vigiavam".

Tatiana denunciou no fim do ano o ex-deputado ao Ministério Público do Paraná, que aceitou e encaminhou o processo ao Tribunal de Justiça do Estado. Bertoldi foi preso pela Polícia Federal e a Polícia Militar de Santa Catarina em fevereiro, na cidade de Balneário Camboriú, após ter sido considerado foragido e identificado por uma testemunha. A prisão preventiva do ex-parlamentar foi decretada em janeiro, pois ele teria vio-

lado a Lei Maria da Penha ao tentar se aproximar de Tatiana.

Como primeiro suplente da chapa, Bertoldi já poderia ter assumido duas vezes, no caso da vaga do deputado federal Valdir Rossoni (PSDB-PR), que assumiu a secretaria da Casa Civil do Paraná, e de Reinhold Stephanes (PSD-PR) que assumiu a secretaria de Administração do Estado. Em seu lugar, ocuparam as vagas Paulo Martins (PSDB-PR) e Nelson Padovani (PSDB-PR). A defesa do paranaense entrou com um pedido de habeas corpus para que ele pudesse assumir as vagas, mas o pedido foi negado.

Seus advogados também entraram há cerca de um mês com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. O caso foi sorteado para o ministro Luiz Fux, mas ainda não foi analisado. Caso seja aprovado, a defesa defenderá que Bertoldi assumia a suplência da vaga de Ricardo Barros. A expectativa do advogado eleitoral de Bertoldi, Guilherme Gonçalves, é que o pedido seja analisado nos próximos dias. Segundo a defesa, Bertoldi deveria ter sido notificado sobre a abertura das vagas, pois tinha direito sobre elas, mas, em vez disso, o segundo suplente foi chamado.

Para Gonçalves, o ex-deputado também deveria ser notificado formalmente sobre a abertura da vaga de Barros. "O fato de ele ter a chance de tomar posse torna a questão dele mais relevante do que um mero direito individual", opinou. O advogado justifica a soltura do seu cliente dizendo ele não apresentaria nenhum risco para a vítima, pois teria de se mudar para Brasília. A Secretaria da Mesa da Câmara informou que, antes de comunicar a abertura da vaga, verificará se Bertoldi continua preso na próxima semana. Se ele estiver, será chamado o segundo suplente, Sérgio de Oliveira (DEM-PR).

14 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Collor vai ser alvo da 6ª investigação

● O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, autorizou abertura de mais um inquérito para investigar o senador Fernando Collor (PTC-AL) no âmbito da Lava Jato. Essa é a sexta investigação contra Collor relacionada ao esquema de corrupção na Petrobrás. O novo inquérito foi um pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e vai investigar crime de corrupção passiva. O caso está sob sigilo de Justiça. Collor já foi denunciado ao Supremo acusado de participação em esquema na BR Distribuidora. O advogado de Collor não respondeu aos contatos do Estado. / I.P. e G.A.

JUSTIÇA Gil Rugai tem pedido de liberdade negado

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido do ex-seminarista Gil Rugai, condenado a 33 anos e 9 meses de prisão pela morte do pai e da madrasta, para aguardar o julgamento dos recursos em liberdade. Rugai está preso desde 22 de fevereiro, quando a 5.ª Vara do Júri, acatando precedente do STF, entendeu que ele deveria cumprir a pena durante o andamento do recurso. Para o STF, a execução provisória da sentença não ofende o princípio da presunção de inocência.

SÔNIA RACY

Procura-se

A Justiça federal emitiu ontem mandado de prisão de **Protógenes Queiroz**, delegado do caso **Daniel Dantas**. No pedido, a juíza **Andrea Moruzzi**, da 1.ª Vara Criminal Federal de SP, recomendou também sua inclusão na lista vermelha da Interpol. Motivo: o ex-delegado deixou o País sem autorização judicial e, mesmo citado por edital, não compareceu.

Consta que está na Suíça.

15 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Empresas da Lava Jato doaram a 12 ministros de Temer

Recursos foram repassados quando os hoje integrantes da equipe do presidente em exercício se candidataram a cargos eletivos, em 2014

Valmar Hupsel Filho / BRASÍLIA

Dinheiro de empresas envolvidas no esquema revelado pela Operação Lava Jato irrigou as campanhas de 12 dos 13 ministros nomeados pelo presidente em exercício, Michel Temer (PMDB), que se candidataram a algum cargo eletivo em 2014. Os recursos foram repassados de forma legal e declarados à Justiça Eleitoral.

Os que declararam doações de empresas que estão na mira da operação foram José Serra (Relações Exteriores), Henrique Eduardo Alves (Turismo), Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo), Blairo Maggi (Agricultura), Maurício Quintella (Transportes, Portos e Aviação), Raul Jungmann (Defesa), Mendonça Filho (Educação e Cultura), Leonardo Picciani (Esporte), Osmar Terra (Desenvolvimento Social e Agrário), Fernando Coelho Filho (Minas e Energia), Bruno Araújo (Cidades) e Ricardo Barros (Saúde).

A exceção é Ronaldo Nogueira (Trabalho). Quando concorreu a uma vaga de deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, o ministro recebeu R\$ 393 mil em doações. Na sua prestação de contas não há registro de empresas alvo da Lava Jato.

Do grupo contemplado com doações, o maior beneficiado é Henrique Alves (PMDB). Na campanha para governador do Rio Grande do Norte, o então candidato declarou à Justiça Eleitoral ter recebido R\$ 7,8 milhões das empresas investigadas por envolvimento no esquema de desvios na Petrobrás.

O valor representa 34% dos 23 milhões declarados como doações na prestação de contas de 2014 do peemedebista. As doações foram feitas principalmente pela Odebrecht (R\$ 5,5 milhões) e Queiroz Galvão (R\$ 2,1 milhões). Galvão Engenharia (R\$ 200 mil) e Andrade Gutierrez (R\$ 100 mil) também doaram. Alves foi derrotado por Robinson Faria (PSD) no 2.º turno.

Geddel Vieira Lima declarou ter recebido R\$ 7,1 milhões em doações eleitorais na campanha de 2014 ao Senado pelo PMDB da Bahia. Deste valor, R\$ 2,3 milhões foram repassados por empresas que tiveram seus presidentes presos na Lava Jato – as empreiteiras Odebrecht (R\$ 1,7 milhão) e UTC (R\$ 75 mil) e o Banco BTG Pactual. Geddel não se elegeu.

Serra também ultrapassou a casa dos milhões em doações de empresas citadas na Lava Jato. Na campanha para o Senado, o tucano declarou ter recebido R\$ 1,2 milhão da OAS e R\$ 856 mil da Andrade Gutierrez. Serra declarou R\$ 10 milhões em doações naquele ano.

Romero Jucá é alvo de investigações na Lava Jato; Alves é alvo de um pedido de investigação e Geddel foi citado na operação. O ministro do Turismo é suspeito de receber dinheiro do dono da OAS, Léo Pinheiro, em troca de favores no Legislativo e em tribunais. Em dezembro, sua casa foi alvo de busca e apreensão feita pela Polícia Federal.

Geddel aparece nas mensagens captadas pela PF com Léo Pinheiro em que tratam de inte-

resses da OAS em órgãos do governo, entre eles a Caixa Econômica Federal – da qual o ministro era vice-presidente.

'Turma'. Ao monitorar as mensagens de Pinheiro, investigadores da Lava Jato identificaram mensagens em que o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), menciona o pagamento de R\$ 5 milhões a Temer e reclama de compromissos adiados com a "turma", que incluiria Geddel e Alves. Os peemedebistas têm alegado que o valor se refere a doação oficial.

Os nomes de sete ministros de Temer – Serra, Alves, Raul Jungmann, Mendonça Filho, Osmar Terra, Bruno Araújo e Romero Jucá – aparecem na "superplanilha" da Odebrecht". A lista contém a indicação de pagamentos feitos pela empreiteira a políticos.

O Estado comparou os valores da planilha com as prestações de contas entregues à Justiça Eleitoral. Em vários casos os números da planilha são superiores aos declarados. A Lava Jato apura a suspeita de que doações declaradas de campanha tenham sido usadas como parte de pagamento de propina.

CONTINUA

15 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Legais'. Tanto os políticos quanto as empresas afirmam que as doações são legais. O Estado não conseguiu contato ontem com os ministros. Quando foram divulgadas as gravações da OAS, Henrique Alves refutou "qualquer ilação baseada em premissas equivocadas". "Todas as doações para a campanha de Henrique Eduardo Alves foram legais", informou.

Quando divulgada a "superplanilha", Bruno Araújo disse que as citações a seu nome na lista são referentes às campanhas eleitorais de 2010 e 2012. Ele afirmou que o próprio juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, ressaltou que a lista também traz doações eleitorais registradas. "É preciso separar o joio do trigo", disse. Os demais ministros já afirmaram que as doações foram declaradas e aprovadas pela Justiça Eleitoral.

OAB critica nomeação de investigados

● Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) disse ontem que a nomeação de ministros investigados pela Lava Jato "contraria os anseios da sociedade" e "ameaça a chance que o Brasil tem de trilhar melhores rumos."

15 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Minha casa

X Se alguém está bem à vontade com o ministério Temer, é... **Gilmar Mendes**. O novo presidente do TSE é muito ligado a **Blairo Maggi**, **Raul Jungmann** e **Alexandre de Moraes**. Tem longa amizade com **Romero Jucá** e **Serra**, e com o próprio **Temer**.

E o novo titular da AGU, **Fábio Medina Osório**, viajou com ele a Lisboa para palestras, um mês atrás.

15 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Em 2 anos, Toffoli fez 20 viagens oficiais

Ele foi o presidente do Tribunal Superior Eleitoral que mais viajou; Gilmar Mendes elogia trabalho de antecessor frente à comunidade internacional

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Nos dois anos que passou como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Dias Toffoli carimbou o passaporte com viagens oficiais a ao menos 15 países diferentes nas Américas do Sul e do Norte, Europa, Ásia e África. Em 24 meses à frente da Corte Eleitoral, foram 20 viagens ao exterior feitas pelo ministro – além das realizadas por representantes do Tribunal sem a presença de Toffoli. Os dados foram levantados com base em informações disponíveis no próprio site do TSE.

As viagens permitiram que ele superasse seus últimos antecessores no cargo em valores de diárias recebidas. De junho de 2014, quando fez a primeira viagem representando a instituição, a março de 2016 – último dado disponível no site do Tribunal –, Toffoli recebeu R\$ 153.989,13 em diárias para viagens nacionais e internacionais. Dividido pelo período que passou à frente do TSE, o valor seria o equivalente a R\$ 6,4 mil a mais mensais recebidos pelo ministro pelas viagens. O ministro recebe atualmente o salário de integrante do STF, teto do funcionalismo público, no valor de R\$ 33,7 mil. Seu antecessor, ministro Marco Aurélio Mello, que ficou no cargo de novembro de 2013 a maio de 2014, não tem registros de recebimento de valores em diárias no curto período que passou à frente do TSE pela terceira vez. A ministra Cármen Lúcia, que exerceu o cargo de abril de 2012 a novembro de 2013, recebeu R\$ 1.132,00 no em diárias de viagens custeadas pelo Tribunal.

• Gastos

15

países foram visitados em 24 meses pelo ministro

R\$ 154 mil

recebeu Toffoli em diárias para viagens nacionais e internacionais

R\$ 6,4 mil

a mais por mês, além do salário, recebeu o então presidente do TSE

No mês seguinte ao de sua posse, em junho de 2014, Toffoli viajou para Angola. Ainda no mesmo ano, enquanto o TSE organizou as eleições presidenciais brasileiras, o ministro foi para México, Indonésia – na Ilha de Bali, e França. Em 2015, o roteiro incluiu Canadá, Estados Unidos, duas visitas à Suécia, mais duas idas ao México, duas visitas à República Dominicana, Peru, Itália, Grã-Bretanha, Chile, Espanha e Índia. Nos quatro meses e meio em que chefiou o Tribunal em 2016, voltou ao Peru e foi à Romênia.

A ausência em sessões do Supremo Tribunal Federal é justificada perante a Corte em razão da representação do Tribunal Eleitoral em missões oficiais para fora do País. Foi assim que Toffoli não participou, por exemplo, de um dos últimos julgamentos do STF sobre o rito do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, no qual os ministros protagonizaram intenso debate até a madrugada. Toffoli estava, na ocasião, em Bucareste, na Romênia, onde deu palestra sobre “Lei Eleitoral e Novas Tecnologias” a

alunos da Faculdade de Direito.

A ênfase dada às relações internacionais por meio da Justiça Eleitoral tem justificado as viagens do então presidente da Corte Eleitoral. Interlocutores do ministro argumentam que ele colocou a Justiça Eleitoral brasileira em “outro patamar”. Em discurso na terça-feira, o novo presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, deu destaque positivo ao trabalho de Toffoli perante a comunidade internacional.

“Considerando a importância da Justiça Eleitoral brasileira, a sua singularidade, a tarefa difícil de realizar eleições para essa multidão de eleitores, o que singulariza nossa Justiça, uma das maiores democracias efetivas do mundo e Vossa Excelência abriu o diálogo com várias instituições, como a recente integração do Brasil ao Idea, que nos permite agora dialogar com as principais democracias do mundo em pé de igualdade”, afirmou Gilmar Mendes, em referência ao processo de adesão do Brasil ao Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (Idea), articulado por Toffoli.

O ex-ministro do TSE, advogado Torquato Jardim, é um dos nomes que apoia o trabalho internacional de Toffoli. Segundo o advogado, a cooperação internacional do TSE era “intermitente” nos últimos anos e Toffoli retomou a tentativa de firmar uma cooperação internacional permanente do Judiciário Eleitoral brasileiro no âmbito internacional. Jardim faz elogios à decisão do ex-presidente da Corte.

CONTINUA

15 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O TSE afirma em relatório sobre a atuação internacional do órgão que a gestão de Toffoli “redimensionou a projeção internacional da Justiça Eleitoral brasileira (...) em três vertentes, a saber, participação em fóruns multilaterais, missões de observação eleitoral e cooperação internacional, com ênfase na interlocução com a América Latina e a África”. Ainda segundo o artigo elaborado pela área internacional da Corte, as “múltiplas participações do TSE em encontros internacionais” atendem interesses externos de conhecer a experiência eleitoral brasileira e, ao mesmo tempo, “abrem espaço para que nossa Justiça Eleitoral seja uma voz influente no debate em curso sobre os desafios atuais da democracia”.

15 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Mais de 80% dos rendimentos vêm do tráfico e a facção tem mais de 10 mil integrantes – 7 mil estão presos. Há uma década, a arrecadação era menor, em torno de R\$ 120 mi. Ação internacional é o que mais preocupa; MPE diz que já denunciou 175 líderes

Dez anos após parar SP, PCC negocia 40 t de cocaína e movimenta R\$ 200 mi

Alexandre Hisayasu
ENVIADO ESPECIAL
PRESIDENTE PRUDENTE

Passados dez anos da série de ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo contra agentes públicos de segurança, o poder da maior facção do Brasil só cresceu. Hoje, a organização já movimenta 40 toneladas de cocaína e arrecada R\$ 200 milhões por ano, com atuação em praticamente todas as vertentes do crime.

O governo Geraldo Alckmin (PSDB), por meio das Secretarias da Segurança Pública (SSP) e da Administração Penitenciária (SAP), disse que o combate ao crime dentro e fora dos presídios é feito diuturnamente em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE) que, por sua vez, afirma que realizou a maior investigação contra a facção e pediu a prisão de 175 líderes à Justiça, mas ainda aguarda uma posição definitiva do Judiciário.

Segundo as investigações do MPE e da Polícia Federal (PF), às quais o Estado teve acesso, mais de 80% dos rendimentos

do bando vêm do tráfico de drogas. O restante tem origem em assaltos a banco, sequestros, tráfico de armas, rifas vendidas à população carcerária e mensalidade de R\$ 600 cobrada de cada um dos mais de 10 mil integrantes do PCC – mais de 7 mil estão presos.

Há uma década, a arrecadação anual era de aproximadamente R\$ 120 milhões. A rota internacional de tráfico começava a dar os primeiros sinais de expansão em dois países vizinhos, Bolívia e Paraguai.

Agora, em vez de sufocada pelo poder estatal, a facção amplia seus tentáculos internacionais. O MPE e a Polícia Federal já têm provas de que o tráfico de drogas, principalmente o de cocaína, atravessou o Atlântico e desembarcou na Europa e na África. O Porto de Santos é o ponto de partida dos carregamentos. Traficantes de Portugal e Holanda, por exemplo, já estão entre os clientes do PCC.

Segundo o MPE, durante uma blitz recente em um navio, foram encontrados 100 quilos

de cocaína com destino à Europa. A droga estava misturada a bolsas. Ainda não há, porém, estimativa da quantidade “exportada” para os dois continentes.

Células. O poderio financeiro do PCC está diretamente relacionado ao tráfico de drogas. “Quanto mais droga vendida, mais dinheiro para comprar armas e drogas, que dão retorno com mais dinheiro”, diz a desembargadora Ivana David, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), ao explicar o ciclo de crescimento da organização.

Ivana, que acompanhou centenas de investigações contra a facção antes dos ataques de maio de 2006, diz acreditar que o PCC só cresceu porque os integrantes que exercem funções de chefia recrutam substitutos capazes de dar sequência às atividades criminosas, caso algum líder seja preso ou morto. “São como células. Quando uma sai, há outras prontas para assumir”, afirma.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

15 MAI 2016

Uma amostra da força financeira do PCC, que se estrutura como uma empresa, está em uma planilha apreendida durante uma operação policial. Nela consta que a facção gastou mais de R\$ 1,8 milhão com advogados só no primeiro semestre do ano passado em São Paulo. Nos outros Estados, o montante no período foi de mais de R\$ 730 mil.

Transformação. O procurador de Justiça Márcio Sérgio Christino, contudo, avalia que o PCC “não necessariamente cresceu, mas mudou” nos últimos dez anos. “Eles tinham um perfil inicial mais limitado, mais politizado, com um discurso em defesa dos direitos da população carcerária. Com o tempo e com as ações criminosas, o ‘partido’ sofreu mutações até chegar aonde chegou, uma dinâmica como a de uma grande empresa, mas com foco no tráfico, que permite arrecadação contínua.”

Um dos principais responsáveis pela mais completa investigação contra o PCC, o promotor Lincoln Gakiya, de Presidente Prudente, em parceria com colegas do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), denunciou 175 integrantes da facção em outubro de 2013. Ele pediu também a prisão preventiva de mais de cem bandidos (muitos já cumprindo pena) à Justiça e a internação da cúpula e de seus principais “assessores” no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), além de mandados de busca e apreensão na casa dos acusados e de parentes.

“A intenção era adotar as medidas simultaneamente justamente para cortar o contato das lideranças com seus subordinados diretos”, conta. A Justiça na cidade do oeste do Estado negou os pedidos. A Promotoria recorreu e aguarda decisão.

“Essa investigação serviu para mostrar, com provas, que o PCC nunca parou de praticar crimes. Ela expõe como a facção funciona e tem servido de base para investigações em outros Estados”, diz Gakiya.

A SSP informou, por meio de nota, que desde 2006 “o orçamento para a pasta cresceu 94% acima da inflação do período, passando de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 24,8 bilhões em 2016 – o montante é o triplo dos R\$ 8,1 bilhões reservados pelo governo federal para todo o País”.

Também por meio de nota, a SAP afirmou que investe continuamente em modernização e ampliação da segurança no sistema prisional paulista e, quando um detento é identificado como perigoso, “é imediatamente isolado nas penitenciárias 1 de Avaré ou 2 de Presidente Venceslau, onde o controle é ainda mais rigoroso – eles só podem sair algemados”.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CAMILA NUNES DIAS

15 MAI 2016

ANÁLISE:

A simbiose do encarceramento e do recrutamento

Uma década após a maior crise na Segurança Pública já vivida no Brasil, o que mudou no sistema prisional paulista? As prisões de São Paulo continuam apresentando condições lastimáveis em termos de sua estrutura física e o Estado é cada vez menos capaz de suprir itens de necessidade básica para seus custodiados. A intensificação do encarceramento tem como um de seus efeitos diretos a superpopulação das prisões.

A manutenção de uma política de encarceramento em massa, como a adotada por São Paulo há mais de duas décadas, impõe um custo econômico com o qual o Estado é incapaz de arcar. Consideremos, por exemplo, a manutenção de uma determinada proporção entre presos/agentes. Quanto mais se encarcera, mais abissal se torna essa proporção e, portanto, menos controle o Estado tem sobre a população carcerária.

Nestas condições, o que explica a estabilidade do sistema prisional de São Paulo desde 2006? Para responder a essa pergunta é importante lembrar que, quanto mais se encarcera, também se fortalece mais o PCC, uma vez que é na prisão que a sua atuação é mais insidiosa e onde o recrutamento acontece de forma mais eficaz.

O PCC ampliou aquilo que demonstrara ter conquistado há dez anos: uma ampla hegemonia em prisões e bairros periféricos das cidades paulistas. E é justamente essa hegemonia que lhe permite exercer nas prisões amplo controle dos presos e gerir a população carcerária com uma “eficiência” inédita na nossa história. E, neste sentido, é o controle exercido pelo PCC sobre os presos de São Paulo que permite ao governo manter a política de encarceramento massivo com custos – econômicos e políticos – bem menores, uma vez que tem um poderoso aliado que garante que a massa carcerária seja submetida às condições anteriormente relatadas e, ainda assim, que a “ordem prisional” seja mantida.

●
É SOCIOLOGA, PROFESSORA DA UFABC E AUTORA DO LIVRO 'PCC: HEGEMONIA NAS PRISÕES E MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA'

O ESTADO DE S. PAULO Juíza inclui Protógenes, ex-delegado da PF, na lista da Interpol

15 MAI 2016

Justiça determinou prisão de ex-policial, que mora em Genebra desde outubro e pediu asilo político no país europeu

Fausto Macedo
Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

A juíza federal Andreia Sarney, da 1.ª Vara Criminal Federal de São Paulo, determinou a expedição de mandado de prisão contra o ex-delegado da Polícia Federal e ex-deputado federal Protógenes Queiroz e a inclusão de seu nome na difusão vermelha da Interpol – índice dos procurados em todo o mundo.

A decisão foi dada antontem diante da ausência de Protógenes em audiência. Protógenes, o delegado que em 2008 deflagrou a polêmica Operação Satiagraha que levou à prisão o banqueiro Daniel Dantas – mais tarde inocentado pelos tribunais superiores –, foi condenado em 2010 pelo juiz federal Ali Mazloum, da 7.ª Vara Criminal Federal de São Paulo a uma pena de três anos e quatro meses de reclusão pelos crimes de violação de sigilo funcional e fraude processual. Delitos que ele nunca admitiu.

A pena foi substituída por restrições de direitos. Mas o ex-delegado não compareceu a nenhuma audiência – a primeira marcada para 20 de abril, a outra para 13 de maio –

em que seria advertido sobre as restrições e nem apresentou qualquer justificativa para a ausência reiterada.

Alvo! Morando em Genebra desde outubro, Protógenes pediu asilo político na Suíça por considerar que está sendo alvo de perseguição no Brasil. Ontem, pelas redes sociais, o ex-delegado reagiu à decisão da Justiça brasileira. “Só na Justiça desse Brasil os corruptos absolvidos soltos e o policial federal porque não aceitou a corrupção condenado com mandado de prisão”, escreveu. Em entrevistas aos jornais suíços nas últimas semanas, ele tem afirmado que foi sua atuação contra a corrupção que o levou a essa situação.

Por enquanto, porém, Protógenes ainda não recebeu seu status integral de refugiado. Mas teria sido beneficiado por uma autorização para permanecer de forma provisória no país como refugiado enquanto seu processo é considerado. Para ser examinado, seu caso envolveu um interrogatório de 11 horas com uma comissão de autoridades em Berna. Mas uma decisão final pode levar ainda alguns meses para ser anunciada.

Sua estratégia em Genebra tem sido a de falar apenas com a imprensa suíça, se recusando a dar entrevistas a jornalistas brasileiros. Mas, na edição de ontem do jornal *Tribune* de Geneve, o brasileiro é apresentado como alguém que dedicou sua vida a combater a corrupção.

Em sua conta no Twitter, o brasileiro ainda reclamou da “injusta decisão” e disse que “um dia esse erro será corrigido”. O ex-deputado e ex-delegado da Polícia Federal tem afirmado que sua vida “corre risco” em razão de seu trabalho como delegado.

Segundo Protógenes, se ele voltar ao Brasil será “executado”. “Eu detenho muitos segredos” disse. “A Justiça do meu país decidiu retirar a proteção que eu tinha quando era policial.”

● 'Erro'

“Só na Justiça desse Brasil os corruptos absolvidos soltos e o policial federal porque não aceitou a corrupção condenado com mandado de prisão (...) Um dia esse erro será corrigido”

Protógenes Queiroz

EX-DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL E
EX-DEPUTADO FEDERAL

16 MAI 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

MINISTROS

RÉUS?

OAB estuda entrar na Justiça contra nomeação de investigados ou citados na Lava Jato

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, criticou a nomeação de ministros investigados ou citados na Operação Lava Jato pelo presidente interino, Michel Temer, e disse que poderá avaliar o uso de instrumentos jurídicos para pedir o afastamento de ministros que venham a se tornar réus.

“Quem é investigado pela Operação Lava Jato não pode ser ministro de Estado, sob o risco de ameaçar a chance que o Brasil tem de trilhar melhores rumos. Faço o alerta de que a nomeação de investigados contraria os anseios da sociedade e não deveria ser feita”, disse Lamachia, em nota. “No futuro, se necessário, a Ordem avaliará o uso dos instrumentos jurídicos cabíveis para requerer o afastamento das funções públicas dos ministros que se tornarem réus. Foi com base nesse entendimento que a OAB pediu o afastamento do deputado Eduardo Cunha e do então senador Delcídio do Amaral”.

Na equipe ministerial de Temer, o único investigado na operação é Romero Jucá (Planejamento), mas outros dois ministros foram citados na Lava Jato: Henrique Eduardo Alves (Turismo) e Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo). Além de Jucá,

que é senador, os dois últimos passam a ter foro privilegiado e, a partir de agora, podem ser investigados apenas pelo Supremo Tribunal Federal.

Lamachia observa que o novo governo, alçado ao poder pela via constitucional e não pela via eleitoral, “precisa ser um exemplo ético para poder atender aos anseios da sociedade e validar sua legitimidade”. Diz que a OAB acredita no sucesso do Brasil, por isso, “cobrará que o novo ministério não seja composto por pessoas sobre as quais pesem dúvidas”. Lamachia defende que todos cidadãos têm direito à ampla defesa, mas acredita que a equipe de ministros precisa estar acima de qualquer suspeita.

IMPACTO PARANÁ 14 MAI 2016

GENTE DE IMPACTO

JOEL ILAN PACIORNIK



Mais um paranaense que voltou a brilhar no cenário jurídico brasileiro, onde sempre foi um nome de referência. Com avós oriundos da Polônia, que viveram nos tempos que antecederam a segunda grande guerra, as famílias Achterman, por parte da mãe e Paciornik por parte do pai, um jovem que foi aluno da UNI CURITIBA, e teve entre seus mestres figuras que são lembradas pela projeção que os consagrou como mestres do direito, como foi o caso do professor Mansur Teófilo Mansur, de tradicional família paranaense, e que hoje lembra com orgulho o jovem e entusiasmado aluno que chegou ao topo de uma carreira brilhante, atingindo a condição de Ministro do STJ-Supremo Tribunal de Justiça. Especialista em direito tributário ele foi desmembrando a horta do conhecimento, sempre se destacando em todos os cargos que ocupou. Falamos de Joel Ilan Paciornik, cidadão que homenageamos agora depois de estar há algum tempo em Brasília, servindo no STJ onde é mais um embaixador de nosso Estado. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1992 foi aprovado no concurso para Juiz Federal substituto da 4ª Região, depois de ter exercido a titularidade da 3ª Vara Federal Cível, em Curitiba, tendo sido, também, diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná e Juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Em Agosto de 2006, foi nomeado para o cargo de desembargador no TRF-4, tendo sido vice-diretor da Escola de Magistratura (emagis). Designado para ocupar o cargo de Ministro do STJ-Superior Tribunal de Justiça, na vaga aberta com a aposentadoria do Ministro Gilson Langaro Dipp, teve seu nome confirmado com a publicação em Diário Oficial da União em 26 de Fevereiro de 2016, arrastando até Brasília, quando de sua posse, muitos paranaenses que foram cumprimentar pessoalmente este cidadão que é Gente de Impacto. Um nome que está inscrito em nossa história por seus próprios méritos, motivo de orgulho para todos os seus conterrâneos.

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado

14 MAI 2016

E AGORA TEMER? ..TEMER O QUE?

" ... E agora, José?

A festa acabou.

O povo sumiu...

A noite esfriou

E agora, José"?

(De Carlos Drummond de Andrade)

A corrupção imperante do Brasil levou, e estão na cadeia, ricos empresários e vários políticos.

Protestando contra o roubo organizado e na esfera pública, milhares de pessoas saíram para as ruas, e a Presidente da República foi, como diria o caipira, pinchada do poder.

Existem, porém, outras causas tão graves e igualmente sérias, mas, que não vem tendo o mesmo destaque:

- a) O desemprego-perto de 10 milhões de pessoas.
- b) O aumento dos juros em todos os setores da administração pública e dos bancos.
- c) A apropriação de altos valores recolhidos pelos contribuintes e divididos entre vários setores do governo.

Outro detalhe, esse mesmo governo que cobra de modos coercitivos àqueles que lhe devem, é o mesmo que recolhe, por exemplo, grandes quantias, e que na hora de devolvê-las através de precatórias, faz chicanas para não saldar o débito;

d) Aumentos de água, luz para domicílios familiares e energia elétrica muito cara para indústria.

e) Pedágios caríssimos para favorecer empresas privadas, as quais se beneficiam de traçados oficiais, principalmente, porque o proprietário na compra do veículo, já arcou, com valores altos para cobrir os impostos, e recolheu a Taxa Rodoviária, precisamente para rodar por estradas melhores (pedágio) e agora, para usá-las precisa pagar o que significa bitributação - um valor para o Estado e outro para a contratante particular.

Agora, nisso tudo, aparecem as concessionárias de energia elétrica, alegando que a União, lhes deve quantia superior a 25 bilhões pertencentes a energia fornecida, e o Estado se propõe a pagar 16 bilhões de reais.

É correto isso?

É preciso mudar, substituir, mandar embora, aqueles que assim agem, não se deslebrando, por exemplo, do funcionalismo público, e que o Estado, também - principalmente do Paraná - não lhes paga sequer, os créditos decorrentes de precatórios - mas este é outro assunto - que tem direito.

E ainda, o Estado, juntamente com a Prefeitura Municipal, escorçam o contribuinte com valores altíssimos de multas impostas sobre taxas, e quando há reclamação, parcelam os débitos, porém, pela via judicial honerando o devedor, em custos, correção monetária, juros e mais dinheiro para cartórios fazendários.

- Vou para por aqui, por enquanto...

P.S.: Este é assunto para outro dia, como para outro dia fica também, o leilão de cartórios, isto é, o aproveitamento de aposentados, e a falta de abertura de concursos públicos para o preenchimento das serventias.

FOLHA DE S. PAULO

OSCAR VILHENA VIEIRA

O Supremo 14 MAI 2016 e as maiorias de ocasião

O STF será chamado a proteger a Constituição de 1988 do ímpeto da nova maioria de ocasião

HÁ UMA percepção generalizada de que o Supremo Tribunal Federal passou a ocupar uma posição de vanguarda na proteção dos direitos fundamentais na última década. Essa percepção decorre do fato de que o tribunal declarou constitucionais questões controvertidas como ação afirmativa, pesquisas com células-tronco, o controle de armas, além de ter se demonstrado simpático a diversas políticas distributivistas relacionadas à saúde e educação.

O fato, porém, é que na grande maioria desses casos o papel do Supremo foi o de ratificar constitucionalmente políticas majoritárias, gestadas pelo Executivo e aprovadas pelo Legislativo. Esses casos apenas chegaram ao tribunal porque minorias inconformadas com suas derrotas no campo político buscaram revertê-las na Justiça.

Há que se reconhecer também as situações em que o Supremo supriu a omissão do legislador, como no caso da regulamentação do direito de greve dos funcionários públicos ou no caso da união homoafetiva, em que reconheceu direitos de uma minoria insular e discriminada, que não teve suas pretensões acolhidas por um Congresso e um Executivo pouco dispostos a se contrapor às suas bases eleitorais.

Com a consolidação do poder de bancadas no Congresso que representam sobretudo o atraso, e, agora, a assunção ao Executivo de um gabinete claramente conservador, há fortes indícios de que os avanços conquistados ao longo das duas últimas décadas podem ser colocados

em risco. Recentemente a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou um projeto de emenda constitucional, de relatoria do então senador Blairo Maggi (agora ministro), que simplesmente substitui a necessidade de licenciamento ambiental por um mero estudo de impacto ambiental. Também com o objetivo de atender aos interesses da bancada ruralista, encontram-se na pauta do Congresso projetos voltados a paralisar as demarcações das terras indígenas e a responsabilização dos que mantêm pessoas em condições análogas à escravidão.

No campo moral, em atendimento aos interesses da bancada de orientação religiosa, ganham força as discussões sobre o Estatuto da Família, que essencialmente busca reverter a decisão do Supremo que reconheceu a união homoafetiva, e o Estatuto do Nascituro, que tem por objetivo restringir ainda mais as hipóteses de aborto legal, hoje previstas no Código Penal. A mesma bancada apresentou uma emenda que, se aprovada, conferirá legitimidade às entidades religiosas para propor ações diretas de constitucionalidade perante o STF.

Por fim, a bancada da bala já se encontra engatilhada para fazer avançar a erosão do Estatuto do Desarmamento e mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial no que se refere à redução da idade penal. Isso sem falar num sem número de medidas que terão um forte impacto sobre o crescimento da população carcerária.

Nesse contexto de claro retrocesso da agenda emancipatória estabelecida pela Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal será certamente convocado para ocupar um novo papel na arena político-institucional brasileira: o de instância contramajoritária.

Ou seja, de uma instituição voltada a proteger os direitos fundamentais do ímpeto de maiorias de ocasião de fraudar nosso pacto constitucional.

14 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Supremo autoriza 6º inquérito sobre Collor na Lava Jato

Nova investigação apura corrupção passiva; senador já foi denunciado ao tribunal por recebimento de propina

Relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Teori Zavascki autorizou a abertura do sexto inquérito para investigar o senador Fernando Collor de Mello (PTC-AL) por suspeita de ligação com o esquema de corrupção da Petrobras.

O ministro atendeu à Procuradoria-Geral da República. A nova investigação apura crime de corrupção passiva.

Collor já foi denunciado na Lava Jato ao STF, acusado de ter recebido R\$ 26 milhões em suborno durante cinco anos em negócios relacionados à BR Distribuidora.

O senador já foi denunciado também por crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. As denúncias dizem “respeito ao funcionamento de uma organização criminosa relacionada à BR Distribuidora, voltada principalmente ao desvio de recursos em provimento particular, à corrupção de agentes públicos e à lavagem, de dinheiro”.

Na denúncia, o Ministério Público aponta nove supostas condutas criminosas ao senador, entre elas, forjar empréstimos fictícios tomados por ele e sua mulher da TV Gazeta a fim de justificar aquisição de bens pessoais de luxo com valores oriundos do crime e encaminhar a agência bancária pedido de estorno de crédito relativos a depósitos em dinheiro em sua conta pessoal, com o objetivo de se desvincular dessas operações e evitar a instauração de investigação.

O senador tem dito tem dito que jamais “manteve qualquer relacionamento com o delator Alberto Youssef, conforme reconhecido pelo próprio doleiro na miríade de suas delações”. Como nunca tiveram negócios, segundo o ex-presidente, não havia razões para Youssef fazer depósitos em sua conta.

Sobre os depósitos em dinheiro feitos em suas contas, Collor diz por meio de sua assessoria não ter “qualquer responsabilidade sobre o modo utilizado por terceiras pessoas para o depósito de valores em sua conta corrente”. (MÁRCIO FALCÃO)

14 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Teori não vê conexão de Aécio com Lava Jato

Ministro do STF abriu
mão de relatar caso

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki abriu mão da relatoria do segundo pedido da Procuradoria-Geral da República para abertura de inquérito contra o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (PSDB-MG).

A investigação trata da suposta maquiagem de dados do Banco Rural para esconder o mensalão mineiro e também envolve o prefeito do Rio Eduardo Paes (PMDB) e o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP).

Teori avaliou que esse caso tem conexão com outro inquérito apresentado ao STF pela Procuradoria e que apura suposto pagamento de propina de Furnas para Aécio. O senador nega envolvimento com as duas irregularidades.

Relator da Lava Jato, o ministro apontou que, apesar dos elementos terem surgido a partir da delação premiada do senador cassado Delcídio do Amaral (ex-PT-MS), não há relação direta com esquema de corrupção da Petrobras.

Teori sugere que o caso seja enviado para relatoria do ministro Gilmar Mendes, que ficou responsável pela investigação sobre Furnas.

Em sua delação, Delcídio afirmou que Paes, à época secretário-geral do PSDB, agiu a mando de Aécio para modificar dados do Banco Rural

que seriam enviados à CPI dos Correios, que investigava o mensalão e da qual Delcídio foi presidente.

Sobre o caso de Furnas, Mendes suspendeu a coleta de provas e decidiu pedir que a Procuradoria reavalie o pedido de investigação. A decisão do ministro ocorreu após uma manifestação da defesa do senador alegando que não há elementos novos que justifiquem abrir inquérito. (MÁRCIO FALCÃO E AGUIRRE TALENTO)

15 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA EDUARDO CUNHA

? Presidente Dilma disse que poderia me ajudar no STF

**PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AFASTADO PELO SUPREMO
AFIRMA QUE A PETISTA O PROCUROU
PARA OFERECER UM ACORDO**

NATUZA NERY
EDITORA DO PAINEL

PAULO GAMA
DO PAINEL, EM BRASÍLIA

Na primeira entrevista desde que foi afastado da presidência da Câmara, Eduardo Cunha acusa Dilma Rousseff de ter lhe oferecido “ajuda” de cinco ministros do Supremo Tribunal Federal em setembro de 2015. Mas diz ter considerado a suposta oferta uma “bravata”.

À época ele já havia rompido com o governo e acabava de ser denunciado pelo Ministério Público por suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro na Lava Jato — e discutia com a oposição a possibilidade de aceitar o pedido de impeachment.

Ex-advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo nega enfaticamente a versão e diz que Cunha não tem “nenhuma credibilidade”.

Mesmo suspenso do mandato, Cunha usava o broche privativo dos deputados na lapela esquerda do paletó.

À **Folha** o presidente contou como conseguiu evitar que o governo conquistasse um alibi para se livrar das pedradas de 2015.

Ele aceitou o pedido de impeachment horas antes da previsão da votação pelo Congresso da nova meta fiscal, que poderia, segundo ele, dar à presidente um “discurso” para justificar as manobras.

Folha - Como um dos mais poderosos presidentes da Câmara foi tão rápido do apogeu ao chão?

Eduardo Cunha - Eu cumpri 60% do meu mandato. A Dilma não chegou à metade.

Incomoda ter sido afastado antes dela?

Não estou fazendo competição de afastamento.

A presidente o chama de capitão do golpe.

Foram 53 pedidos de impeachment. Nunca na história deste país houve tantos. Rejeitei 41, aprovei um e dei 12 pendentos. Se fosse o capitão do golpe já teria tido impeachment muito tempo atrás. Eu tinha prometido publicamente que até o dia 30 de novembro de 2015 eu traria uma decisão. Por que eu acatei o pedido em 2 de

dezembro? Primeiro porque eu quis homenagear a data de aniversário da minha filha [risos]. Segundo porque vi que iriam votar a mudança da meta [fiscal] na sessão do Congresso. Queria que a decisão fosse antes da votação da mudança da meta.

Então é fato que forçou a mão pelo impeachment?

Já estava com a decisão tomada, posso comprovar. Era só uma questão de tempo.

Horas poderiam ter mudado o destino da presidente.

Não sei se poderia ter salvado, mas que efetivamente daria para eles uma desculpa, daria. O fato de ter votado não significa que ela não tenha praticado crime. Mas era fundamental, na minha ótica, que essa decisão fosse feita antes da votação, para evitar um discurso político.

CONTINUA

Foi retaliação?

Fui eu que não aceitei a chantagem dela. Tenho três testemunhas que estavam na minha sala quando Jaques Wagner ligou dizendo: 'O PT quer votar com você. A gente faz tudo, não faça isso'. Não aceitei ser comprado com o voto do PT. Eles tentaram várias vezes fazer acordo. A presidente, no dia em que eu estive com ela, voltando das Nações Unidas, em 1º de setembro, disse que tinha cinco ministros do Supremo para poder me ajudar.

Ajudar como?

Não disse os nomes nem ajudar no quê. Eu ignorei. Tive uma outra oportunidade em que o governador Pezão [do Rio], numa segunda-feira, agosto ou setembro, me procurou. Veio com a mesma história de que ela tinha cinco ministros do Supremo...

Podia aceitar ou denunciar. Não fez nenhum dos dois.

Não é questão de aceitar. Eu não acredito que alguém possa ter cinco ministros do Supremo sob controle. Não existe isso. Respeito a Suprema Corte. Entendi como uma bravata. Concretamente ela não disse o que iria fazer.

E alguém seria capaz de influenciar a Lava Jato?

Não. Acho que tem seletividade. Me escolheram. O procurador-geral resolveu me escolher como inimigo.

Teme ser preso?

Estou muito tranquilo. Não posso temer nada, porque não fiz nada errado.

Acha que retorna à Câmara?

Acho que sim. Vamos, com recursos, convencer o STF.

Dilma errou ao transformá-lo em rival?

Esse governo é mais ou menos um avião quando cai. Nunca é por um motivo só. O piloto está num mau dia, passa mal, tem falha mecânica, falha de planejamento, a comunicação com as torres está errada. Tentaram dar um tchau, PMDB, uma articulação política tipo "organizações tabajara".

Dizem que, sem o sr., não teria impeachment.

Aí, minha querida, Deus que me colocou lá.

Deus queria o impeachment?

Não sei, nada acontece se não for pela vontade de Deus.

Foi abandonado pelo Michel Temer desde o afastamento?

Eu estive com ele já, tenho falado com ele quase constantemente, não tenho nenhum problema.

Para o grupo de Temer, sua saída melhora a imagem dele.

Tem sempre as focas daqueles que querem ocupar os espaços. Não é a visão do Michel. Não tenho sinal nenhum em relação a isso.

Dizem que sua renúncia poderia ajudar o novo governo...

Não vou renunciar. Estou no meu direito, fui eleito. Eu vou exercer minha defesa. A Constituição só prevê uma medida cautelar para parlamentar: a prisão em flagrante, que precisa ser submetida ao plenário da Casa. Para o afastamento, o STF aplicou isonomia. Delcídio foi preso em flagrante e não foi suspenso de seu mandato. Uma suspensão sem prazo. Até quando, por qual motivo? Estou sofrendo uma cassação branca do meu mandato!

Muitos aliados já decretaram sua morte política.

Não morri nem pretendo.

Se estivesse diante de Dilma agora, o que diria?

Tchau, querida.

“Esse governo é mais ou menos um avião quando cai. Nunca é por um motivo só. O piloto está num mau dia, passa mal, tem falha mecânica, falha de planejamento, a comunicação com as torres está errada

“Não vou renunciar. Estou no meu direito, fui eleito. Eu vou exercer minha defesa. A Constituição só prevê uma medida cautelar para parlamentar: a prisão em flagrante

15 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

O pato e as panelas

BRASÍLIA. As manifestações a favor do impeachment usaram dois símbolos além do verde e amarelo da bandeira: as panelas, batidas em protesto contra a corrupção, e o pato da Fiesp, mascote da campanha pela redução dos impostos.

Se este era o sentido das ruas, Michel Temer começou o governo interino dirigindo na contramão. Nos primeiros dias de presidente, ele nomeou políticos sob suspeita e indicou que vai elevar a carga tributária.

A nova Esplanada tem ao menos três ministros citados na Lava Jato. O titular do Planejamento, Romero Jucá, responde a dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal. Ele é suspeito de receber propina em obras da Petrobras e da Eletronuclear.

O ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, é alvo de dois pedidos de inquérito que ainda não foram analisados pelo STF. Seu nome circula nos papéis da OAS. Léo Pinheiro, o falante ex-presidente da empreiteira, já fez acordo de delação.

A OAS também liga a Lava Jato ao novo ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. O ex-deputado é citado em mensagens sobre a liberação de empréstimos da Caixa, da qual foi vice-presidente.

Os três peemedebistas negam ter se beneficiado do petrolão e poderão se defender no Supremo, longe de Curitiba. Jucá já tinha foro privilegiado por ser senador. Alves e Geddel ganharam a proteção agora, ao serem nomeados ministros.

Temer também pegou a contramão da rua ao sugerir, pela voz do novo chefe da Fazenda, que elevará impostos para reequilibrar as contas públicas. "Caso seja necessário um tributo, ele será aplicado", prescreveu o doutor Henrique Meirelles. O remédio escolhido deve ser a velha CPMF, alvo da campanha da Fiesp.

As próximas semanas permitirão saber se a indignação contra a corrupção e os impostos era mesmo apartidária. Na outra hipótese, ela se limitava à corrupção e aos impostos patrocinados pelo PT. Até aqui, o pato e as panelas não se manifestaram.

15 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Ciência contra o crime

SÃO PAULO - Por que a Operação Lava Jato deu certo? Corrupção sempre existiu por aqui. Promotores com vontade de investigar e juízes dispostos a condenar também. A dificuldade sempre foi levantar provas contra os atores. Duas medidas relativamente simples, uma inspirada na teoria dos jogos e outra na psicologia, mudaram essa história.

A primeira foi a utilização das delações premiadas. Até então, predominava a versão light da "omertà", a lei do silêncio das organizações mafiosas. Quem abrisse o bico não só não ganhava nada como ainda corria o risco de sofrer intimidações. Depois que a lei autorizou e os promotores passaram a oferecer generosos descontos de pena a quem colaborasse, a matemática do jogo mudou. Entregar comparsas e indicar onde as provas materiais podem ser encontradas passou a ser uma estratégia mais interessante do que manter-se calado — e isso independentemente das decisões dos outros atores. A partir daí, a Lava Jato prosperou.

A operação, porém, ganhou impulso extra depois que o STF, em fevereiro passado, decidiu alterar sua jurisprudência e determinou que réus condenados em segunda instância já passem a cumprir pena. Até então, o sujeito podia responder em liberdade até o trânsito em julgado, isso é, até que não houvesse mais a possibilidade de recurso. Com a medida, o horizonte de ir para a cadeia caiu de algo como uma década para um par de anos. A ameaça ficou muito mais premente, estimulando os investigados a fazer logo um acordo de delação. O interessante aqui é que o mesmo fenômeno psicológico que faz com que as pessoas não invistam em planos previdência — isto é, o fato de valorizarem muito mais o presente do que o futuro — as motivou a colaborar com as investigações.

O resultado, inédito, é ver uma megaempreiteira devolvendo R\$ 1 bilhão aos cofres públicos, pedindo desculpas ao país e dando dicas de como evitar a corrupção.

15 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

OAB diz que poderá pedir afastamento de ministros suspeitos

DE BRASÍLIA - A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) afirmou que poderá ir à Justiça para tentar afastar ministros da gestão Michel Temer suspeitos de corrupção caso algum vire réu.

Romero Jucá (Planejamento) responde a um inquérito da Lava Jato e Henrique Eduardo Alves (Turismo) é alvo de dois pedidos de inquérito.

“A OAB [...] cobrará que, diferentemente do anunciado, o novo ministério não seja composto por pessoas sobre as quais pesem dúvidas”, diz o presidente da entidade, Cláudio Lamachia.

Procuradoria pede fim de inquérito contra Júlio Delgado

DE BRASÍLIA - A Procuradoria-Geral da República pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) o arquivamento do inquérito que investiga a suposta ligação do deputado Júlio Delgado (PSB-MG) com o esquema de corrupção da Petrobras.

A solicitação será analisada pelo ministro Teori Zavascki. É praxe que o Supremo siga a recomendação e feche o caso.

Segundo o delator Ricardo Pessoa, da UTC, Delgado recebeu R\$ 150 mil de forma ilícita. Para os investigadores, não há indícios de que o repasse configurou propina.

16 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Um pacto contra a corrupção

MARCOS DA COSTA

Estourar o Brasil da malandragem é meta que parece impossível, mas reduzir seu tamanho é dever inarredável da sociedade

Os padrões morais e éticos nos negócios nunca foram muito republicanos no Brasil e a desonra se incorporou à cultura nacional desde o descobrimento.

A sociedade, porém, deu seu grito de “basta” nas manifestações dos últimos anos que levaram milhões de pessoas às ruas —um alerta aos responsáveis pelas negociatas entre o público e o privado, que sempre confiaram na eterna impunidade e nem podiam imaginar o funcionamento da imensa máquina brasileira de poder sem o forte estímulo da rapinagem.

A descoberta do maior e mais complexo sistema de corrupção do mundo, ainda não totalmente desvendado, acendeu luzes amarelas. Desde o mensalão, e agora com o petrolão, os brasileiros viram que é possível conter boa parte do roubo que historicamente se praticou nos cofres da União.

Sempre se disse que dinheiro público não tem dono. Mas os proprietários desse dinheiro são os contribuintes, que trabalham, pagam seus impostos e esperam o retorno em serviços públicos de qualidade.

Na administração pública, o comportamento das autoridades frequentemente se desvia das normas aceitas para servir a interesses particulares. A isso se chama corrupção, que é uma medida de ausência de institucionalização política eficiente. As autoridades subordinam seus papéis a demandas pessoais.

A Operação Lava Jato tem servido de poderoso detergente, levantando o véu da promiscuidade entre o público e o privado. Descoberto o tamanho do rombo nos cofres públicos com os últimos escândalos, cabe uma séria reflexão, que a Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, quer propor ao País.

Urge fazer um pacto empresarial pela ética em todos os níveis de tomada de decisão. Um acordo que comece pelas empresas ao recusar qualquer ilícito, que ponha a retidão de princípios como porta de entrada. O compromisso empresarial significaria o início de uma caminhada para um país mais ético, que mereça a admiração.

Leis contra a corrupção não faltam no país, se aplicadas e cumpridas não haveria corruptos à solta. Um bom exemplo em muitas empresas é o processo chamado de compliance, palavra inglesa que significa cumprir, satisfazer, executar.

Quer dizer que, nessa moldura, a instituição cumpre as leis e regulamentos internos e externos; para isso, todos os colaboradores devem se envolver, executando tarefas dentro de padrões de qualidade e ética. Tudo é feito de forma transparente, para assegurar que a estrutura organizacional e os procedimentos estejam em conformidade com os regulamentos internos e externos.

Precisamos livrar o Brasil dessa cultura pela qual os campos público e privado são facilmente trocados, gerando superposição e invasão, enquanto a coisa pública se transforma em espaço das vontades pessoais. Os cargos são posses dos mandatários e não representações a serviço das comunidades.

O processo decisório obedece à lógica dos particularismos e os negócios são fechados como se fossem transações comerciais entre parceiros de um jogo utilitarista.

Estourar o Brasil da malandragem é meta que parece impossível, mas reduzir seu tamanho é dever inarredável da sociedade organizada, sob pena de vermos cada vez mais fraquejar o ideal da democracia.

Toda mudança de cultura se ampara na vontade geral. E deve se amparar também no empresariado. Sabemos que, para limpar a cara do Brasil que dá vergonha, é preciso que os sentimentos do povo se irmanem aos poderes normativos.

Essa meta se consegue quando o mais humilde dos cidadãos abandona o anonimato das massas para se transformar em agente ativo de sua própria história. É o que começou a ocorrer pelas ruas do país.

Ao lado desse povo deve se irmanar o empresariado, com o decidido compromisso anticorrupção para que possamos dar um gigantesco passo rumo à plena cidadania.

MARCOS DA COSTA, 52, é presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) – Seção São Paulo

16 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Doa a quem doer

Temer não pode mostrar interesse no acobertamento da Lava Jato, mas operação tem sido fonte de incômodo para nomes de seu governo

Exceção feita ao campo da economia, no qual medidas duras e imediatas se fazem necessárias, é no âmbito do combate à corrupção que se dará o mais importante teste do governo Michel Temer (PMDB).

Circularam com frequência, nos últimos meses, versões segundo as quais a administração pós-impeachment aos poucos sufocaria a Operação Lava Jato. Não por acaso, em seu pronunciamento ao assumir interinamente a Presidência, Temer enfatizou a importância de que as investigações continuem.

Muitos fatores inspiraram, se não ceticismo, boa dose de cautela inicial diante de tais declarações.

Corrigido a tempo, deu-se inicialmente o desconchavado episódio do convite feito por Temer ao advogado Antônio Mariz de Oliveira, crítico do que considera os excessos da Lava Jato, para o cargo de ministro da Justiça.

Não parece ter o mesmo perfil, diga-se, aquele que por fim veio a ocupar o posto: proveniente do Ministério Público, Alexandre de Moraes, ex-secretário da Segurança paulista, é conhecido por uma pugnacidade a que não faltam componentes de ambição política.

Entre seus colegas de ministério, todavia, encontram-se nomes para quem a Lava Jato tem sido fonte de sério desconforto — como é aliás o caso de larga parcela dos

políticos brasileiros.

Um dos principais aliados de Temer, Romero Jucá é mencionado nas delações de executivos da Camargo Correia e da Andrade Gutierrez, em casos que, envolvendo propinas no setor elétrico, mal começam a ser destrinchados pelas autoridades — o peemedebista, de todo modo, nega as acusações.

Além de Jucá, que ocupa a pasta do Planejamento do novo governo, Henrique Eduardo Alves (Turismo) foi citado em mensagens encontradas no celular do ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, como favorecido em repasses ilegais — ainda que, em sua defesa, o ministro tenha afirmado que se tratava de simples doação de campanha.

Na ampla delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral (MS), outros membros do governo Temer surgem como importantes na nomeação do próprio Delcídio para uma diretoria da Petrobras, em 1999 — o que em si não chega a ser indício de maior gravidade.

Resta inegável, contudo, que são ponderáveis os interesses do novo governo em ver diminuídas as surpresas que a Lava Jato se mostra capaz de produzir.

Ocorre que seria catastrófico, para o próprio Michel Temer, se vier a projetar a sombra de qualquer obstáculo sobre as investigações.

Entre as conveniências dos aliados e as exigências da opinião pública, nem mesmo a notória habilidade do presidente interino poderá encontrar meio-termo. Nunca, como no atual ambiente social e político, a frase “doa a quem doer” se mostrou tão pertinente.

16 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Advogados vão ao STF para blindar o WhatsApp

Objetivo é evitar novas
interrupções do serviço

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O PR (Partido da República) entrou com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo que o tribunal impeça que decisões judiciais suspendam ou proíbam serviços virtuais de troca de mensagens, como o WhatsApp.

A ideia é deixar expresso que não pode existir esse tipo de interrupção no serviço.

O texto questiona a constitucionalidade de trechos do Marco Civil que permitem a suspensão temporária e proibição das atividades quando as teles e os aplicativos se recusarem a entregar dados protegidos de usuários solicitados via judicial.

Na ação, o partido afirma que a medida inviabiliza o direito de livre comunicação dos cidadãos, além de ferir a livre iniciativa, a livre concorrência e a proporcionalidade.

Atualmente, o aplicativo tem 100 milhões de usuários. A polêmica em torno da interrupção da ferramenta começou em fevereiro de 2015 por causa de uma decisão da Justiça do Piauí, que tentou bloquear o serviço.

Juizes de São Bernardo do Campo (SP) e de Sergipe chegaram a tirar o aplicativo do ar. Sobre o último caso, já há um recurso do partido PPS em tramitação no STF.

Para o advogado do PR, Ticiano Figueiredo, a suspensão pune a empresa, mas prejudica a população. "É um retrocesso. Uma medida como essa equivale as que são tomadas por países antidemocráticos, como China e Irã, que têm restrição ao uso da internet."

MÔNICA BERGAMO

CUATO-CIRCUITO

O ministro do STF Luís Roberto Barroso debate reforma política e democracia brasileira em seminário hoje, às 9h30, na Fecap.

14 MAI 2016

15 MAI 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



16 MAI 2016

GAZETA DO POVO

MPF descobre 'tesouro' mantido por Collor

■ A ofensiva da Procuradoria-Geral da República sobre a coleção de obras de arte do senador Fernando Collor (PTC-AL) levou à descoberta de uma rotina de compras de luxo do parlamentar. Leiloeiros entregaram aos investigadores notas fiscais que somam mais de R\$ 1,5 milhão gastos em antiguidades, porcelanas e joias. A investigação sobre as raridades de Collor avançou após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, receber uma carta escrita por uma testemunha anônima em outubro de 2015. A testemunha indicou uma galeria, um escritório e um restaurador por meio dos quais o parlamentar teria desembolsado uma fortuna. O Ministério Público Federal enviou, então, ofícios de requisição de informações aos leiloeiros. O senador é investigado em seis inquéritos na Lava Jato. Collor afirmou que "todas as obras adquiridas foram pagas com recursos próprios, de origem lícita, com emissão de notas fiscais". "A ilação de prática de lavagem a partir de denúncia anônima sem qualquer comprovação é conduta absolutamente irresponsável e temerária, não merecendo qualquer credibilidade."